

REDES SOCIAIS E REGULAÇÃO SETORIAL MODULARIZADA: UMA PROPOSTA PARA O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

SOCIAL MEDIA AND MODULAR SECTORAL REGULATION: A PROPOSAL FOR THE BRAZILIAN LEGAL FRAMEWORK

VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE

Professora permanente e Titular de Direito Administrativo e Direito Constitucional na Graduação e Pós-Graduação (*Lato e Stricto Sensu*) da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR (Curitiba, Paraná, Brasil). Doutora em Direito do Estado pela UFPR, com estágio de pesquisa na Universidade de Coimbra (Portugal), e Pós-Doutora pela *Universitat Rovira i Virgili* (Espanha). Mestre em Direito pela UFPR (bolsista Capes). Pesquisadora do Nuped/PPGD/PUCPR. Pesquisadora associada ao Idasan e ao IPDA e professora investigadora da *Red Latinoamericana de Derecho Económico Circular* (IIJ/Unam).

ORCID: [<http://orcid.org/0000-0002-5793-2912>].

vivian.lima@pucpr.br

ANALÍA ANTIK

Professora Associada Ordinária de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da *Universidad Nacional de Rosario (UNR)*, onde também dirige a *Maestría en Derecho Público*. Doutora em Direito pela UNR, é pesquisadora (*Consejo de Investigaciones/UNR*) e docente. Atua como Presidenta da *Asociación Argentina de Derecho Administrativo (AADA)* e integra redes acadêmicas ibero-latino-americanas de Direito Administrativo. Foi docente da Escola de Advogados do Estado (*Procuración del Tesoro de la Nación*).

ORCID: [<https://orcid.org/0009-0005-1625-5715>].

analiaantik83@gmail.com

LUIS FERNANDO TREVISAN

Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGD/PUC-PR (Curitiba, Paraná, Brasil). Pesquisador no Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano da PUC-PR (Nuped/PPGD/PUCPR).

ORCID: [<https://orcid.org/0009-0001-4426-2956>].

DOI: [<https://doi.org/10.48143/rdai.36.valle>]

lufertrevisan@gmail.com

Recebido: 13.10.2025. **Received:** 13th Oct. 2025.

Aprovado: 15.11.2025. **Approved:** 15th Nov. 2025.

ÁREA DO DIREITO: Digital; Administrativo

RESUMO: Propõe-se um modelo de regulação setorial modular para serviços de redes sociais no Brasil, estruturado por fases que conciliam liberdade de expressão e privacidade com transparência, *accountability* e segurança. A investigação adota metodologia jurídico-dogmática (CF/1988, Marco Civil da Internet e LGPD), análise comparada do *Digital Services Act* da União Europeia, revisão da virada jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal sobre responsabilidade de intermediários e exame de viabilidade institucional e política orientado por princípios de avaliação regulatória. Pergunta-se quais módulos e qual desenho institucional maximizam transparência, *accountability* e tutela de direitos fundamentais no ordenamento brasileiro. O objetivo geral consiste em apresentar roteiro modular exequível; os objetivos específicos compreendem: definir prioridades da Fase 1 (transparência algorítmica auditável, acesso a dados para autoridades e pesquisadores credenciados e salvaguardas para publicidade digital com dados sensíveis), detalhar requisitos da Fase 2 (devido processo de moderação, interoperabilidade/portabilidade e medidas proporcionais contra desinformação) e propor arranjo institucional híbrido com coordenação interagências. Conclui-se que a estratégia modular é juridicamente sólida e politicamente factível; recomenda-se a implementação imediata da Fase 1 com preservação de pseudonimato mediante verificação proporcional ao risco e salvaguardas de direitos, seguida da Fase 2 após avaliação de resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Regulação de redes sociais – Modularização regulatória – Transparência algorítmica – Publicidade digital – Acesso a dados.

ABSTRACT: This article proposes a modular, phased sectoral regulatory model for social-media services in Brazil, reconciling free expression and privacy with transparency, accountability, and safety. The study employs doctrinal legal analysis (Constitution, Marco Civil da Internet, and LGPD), a comparative assessment of the European Union's Digital Services Act, a review of the Brazilian Supreme Court's recent shift on intermediary liability, and an institutional and political feasibility analysis informed by regulatory-evaluation principles. It asks which modules and which institutional design best maximize transparency, accountability, and the protection of fundamental rights in the Brazilian legal system. The general objective is to present a feasible modular roadmap; the specific objectives are to define Phase 1 priorities – auditable algorithmic transparency, controlled data access for accredited researchers and public authorities, and safeguards for digital advertising involving sensitive data –, to detail Phase 2 requirements – content-moderation due process, interoperability/portability, and proportionate counter-disinformation measures, and to propose a hybrid governance arrangement with inter-agency coordination. The article concludes that a modular strategy is legally sound and politically feasible; Phase 1 should be implemented immediately while protecting pseudonymity through risk-proportionate verification and robust rights safeguards, followed by Phase 2 after impact evaluation.

KEYWORDS: Social network regulation – Regulatory modularization – Algorithmic transparency – Digital advertising – Data access.

SUMÁRIO: 1. Introdução – Por que modular a regulação das redes no Brasil. 2. Identidade verificada sem banir o anonimato – Fundamentos constitucionais, devido processo e proporcionalidade. 3. Estratégia modular e arranjo institucional – Coordenação interagências, viabilidade política e salvaguardas. 4. Conclusões. 5. Referências. 6. Legislação. 7. Jurisprudência.